

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 03 2020	15h	EXTRAORDINÁRIA	97

PARECER 03 CCJ

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Reginaldo Sardinha, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA - Sr. Presidente, passo a designação novamente ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para relatar a referida matéria. Já deu para ver aqui que ele está *on-line*.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Com a palavra o Deputado Prof. Reginaldo Veras, para emitir parecer sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, referente aos aspectos de legalidade, juridicidade, regimentalidade, não há óbice para a.

s/32

REVISOR: Philippe (TELETRABALHO)

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, referente aos aspectos de legalidade, juridicidade e regimentalidade, não há óbice para a evolução do projeto. Portanto, o parecer é pela admissibilidade.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 03 2020	15h	EXTRAORDINÁRIA	98

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.048, de 2020, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Para discutir. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, quero apenas parabenizar o Deputado Chico Vigilante pela propositura.

A gente sabe que, nesse momento, as famílias mais pobres e os pequenos comerciantes – os empresários também estão com muita dificuldade financeira – vão ficar à mercê dessas cobranças. Eu acho que, num primeiro momento, quem tem que dar o braço, que tem que dar as mãos para ajudar a população tem que ser o Estado. O Estado tem que ser forte nesse momento, ele tem que ser auxílio e proteção para a sociedade. Na medida em que o próprio Estado dá uma tolerância, permite que a população, durante um prazo, não fique sem água, sem energia, por causa da sonegação da conta, acho razoável e é disso que precisamos.

Parabéns ao Deputado Chico Vigilante!

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Júlia Lucy.

DEPUTADA JÚLIA LUCY – (NOVO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) –

Sr. Presidente, eu gostaria de salientar que ontem, dia 24 de março, a Agência Nacional